

POLÍTICA ECONÔMICA

29 AGO 1990

Orcamento pode sofrer atraso

Definição de cortes em custeio e nos investimentos seria a causa da demora

BRASÍLIA — O governo deverá atrasar o envio ao Congresso dos projetos do Orçamento Geral da União (OGU) para 1991 e do Plano Plurianual que compreende o período 1991-1995. Pela Constituição, o prazo para o Executivo encaminhar as duas matérias ao Legislativo termina na sexta-feira. O diretor do Departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri, negou a informação e garantiu que os dois projetos estão prontos para ser mandados ao Congresso.

Segundo fontes, o atraso se deve à demora da equipe econômica na definição dos cortes em custeio da máquina administrativa e nos investimentos da administração direta. Assessores do Congresso revelaram, ontem, que o governo já comunicou o fato ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

A intenção do governo é enviar o projeto de Orçamento Geral da União em setembro. Até sexta-feira serão apresentados ao Congresso apenas alguns números provisórios. Não será a primeira vez que o Executivo deixará de apre-

sentar o orçamento dentro do prazo. No ano passado, a proposta orçamentária só foi enviada ao Congresso em setembro. Este ano, as dificuldades operacionais do governo coincidiram com o desejo dos membros da Comissão Mista de Orçamento. Há duas semanas, o deputado Cid Carvalho pediu ao Congresso a dilatação do prazo em consequência das eleições.

SIGILO

O governo tem mantido em sigilo absoluto as informações sobre o Orçamento Geral da União para 1991. A meta da equipe econômica é alcançar um superávit operacional de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Se forem seguidas à risca as regras do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo, os Estados e municípios terão de pagar, em 1991, cerca de US\$ 3,4 bilhões da dívida externa — US\$ 2,2 bilhões vencem no ano que vem.

Tudo indica que o governo reduzirá ao máximo os investimentos no que vem. O presidente da República vetou a parte do projeto da LDO aprovada pelo Congresso, que vinculava 15% da receita tributária líquida a novos investimentos. No esforço concentrado previsto para os dias 11, 12 e 13, o Congresso deverá aprovar a revisão orçamentária deste ano, no valor de Cr\$ 2,5 trilhões.

Investimentos em tecnologia

Em %

	Como é	Como será
Orçamento da União	76	53
Estatais	11	6
Setor privado	11	13
Agências de financiamento	2	28

Fonte: proposta da Comissão Técnica para a Política de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria